

190	135							5	57
-----	-----	--	--	--	--	--	--	---	----

DIREITOS HUMANOS II

Crítico da Igreja, o espanhol Cañas optou por viver como índio

Foram 18 anos de atuação nas aldeias indígenas no território mato-grossense

Enviado especial a Juína

Chamado de "Kiwxi" pelos índios myky, um nome próprio, sem tradução, espanhol naturalizado brasileiro, o irmão jesuíta Vicente Cañas Costa viveu 18 anos em quatro territórios indígenas de Mato Grosso, no atendimento aos povos beço-de-pau, paresi, myky e enawenê-nawê, nessa ordem, e acabou por se tornar quase um deles, seguindo-os dos hábitos alimentares às vestes.

Foi no último e, talvez, pelo último que morreu, no mesmo barraco onde, embaixo de uma fotografia do amigo missionário Thomaz de Aquino Lisboa, que saíra publicada no jornal do Cimi, o "Porantim", escreveu uma frase que tanto traía seu domínio do português quanto expunha uma visão crítica da igreja: "Teo amor que é grande não salvará as injustícias eternas da Igreja Romana".

Franzino, 1,69 metro de altura, barba enorme, ex-cozinheiro, Vicente enfrentou a dura vida na mata como poucos indígenas o fazem; seu trabalho era direto na aldeia, com uma nova abordagem da questão indígena, seguindo um movimento na Missão Anchieta que incorporava cada vez mais elementos de Antropologia na formação dos missionários, reforçando a valorização da cultura indígena.

De outubro de 69 a abril de 70, a convite do padre Antônio Iasi, atuou junto aos 41 índios beço-de-pau que haviam so-



O irmão jesuíta Vicente Cañas (dir.) vivia como os índios que contactava

brevemente entre os rios Arinos e Sangue, dos 600 primeiramente contactados de forma desastrosa por uma equipe da Funai em 69. A tragédia é atribuída a uma gripe levada por um jornalista que compunha a equipe.

Em 2 de maio de 70, participou da viagem que levou os

índios remanescentes para o Parque Nacional do Xingu num avião DC-3 da FAB. Dos beços-de-pau, Vicente foi ao povo paresi, no chapadão de mesmo ano, onde ficou por cinco anos.

Nesse período ainda participou, em 13 de junho de 71, da equipe que realizou o primeiro

contato com os índios myky, em Brasnorte, uma aldeia de 23 pessoas parentes diretos dos índios iranxe. Em 77, três anos depois dos primeiros contatos com os enawenê-nawê, Kiwxi estabeleceu-se na aldeia localizada próxima ao Rio Papagaio. Por cinco anos, de junho de 79 a junho de 83, Vicente "não arredou pé" da área Salumã, como escreveu Thomaz de Aquino Lisboa em seu livro "Os enawenê-nawê-Primeiros contatos".

Vicente participava dos ricos rituais dos enawenê-nawê, trabalho de roça, coleta de mel, artesanato e cestaria. No ano em que morreu, ele era de novo o único não-índio convidado do ritual do yökwa (pronuncia-se iancuá) em que os índios, durante meses, colhem frutas e pegam peixes para oferecê-los aos espíritos do céu e do subsolo (veja texto na página seguinte).

O jesuíta seria o que se chama de harikari, um festeiro, recebido com honras pelos enawenê-nawê. Com a notícia de que seu corpo fora encontrado no barraco à beira do Rio Juruena, a três horas de barco da aldeia, que pegou os índios ainda no yökwa, o ritual foi de morte. Vicente foi enterrado como se fosse um enawenê-nawê, num buraco aberto pelos índios ao lado do barraco, enrolado na própria rede, junto com o machado que usava e dois braceletes indígenas nos antebraços. (RV)

VIDE - VERSO

Dos 6 acusados no processo, 2 respondem à revelia

Enviado especial a Juína

Das seis pessoas acusadas pela morte do missionário Cañas, duas conseguiram trancar o processo e duas o respondem à revelia. Conforme a denúncia oferecida pela promotora Valéria Bertholdi Estrela em 3 de dezembro de 93, o motivo do crime teria sido a participação do jesuíta no processo de demarcação da Área Indígena Salumã.

No inquérito, a polícia chegou a trabalhar com a hipótese de que o crime fosse uma vingança por dois massacres praticados pelos índios enawenê-nawê na década de 80. Em 4 de setembro de 84, o topógrafo João Batista e seu assistente Osvaldo Vargas foram mortos por um grupo de 15 índios, a golpes de horduna e facão, quando trabalhavam na demarcação de terras.

A Funai informou à época que o crime ocorreu dentro da área indígena e o fazendeiro contratante Eloy Monteiro de Carvalho, que teria ocorrido em suas terras.

Outro massacre ocorreu em 86, quando os índios mataram oito membros da família do pequeno produtor Antônio Ferreira, na região conhecida como Roda d'Água. Um de seus filhos, Carlos Ferreira, na época morando no sul do país, chegou a ser ouvido no inquérito que apurou a morte de Cañas, e disse que seu pai fora atraído à região por Joaquim Pereira Ramos, que sabia se tratar de área indígena. Mesmo com seus avisos, o pai decidira instalar a família na reserva, acreditando que

José Luiz Medeiros/DC



O ex-delegado Ronaldo Antônio Osmar, ao fundo, é um dos acusados pelo crime

Joaquim lhe daria segurança.

A partir dos depoimentos dos índios, foram indiciadas seis pessoas. O fazendeiro Antônio Mascarenhas Junqueira, 74, acusado de ser um dos três mandantes, foi liberado do processo através de habeas corpus (hc) concedido pelo Tribunal de Justiça (TJ) em 24 de maio de 94. Mesmo sucesso teve o gerente da Fazenda Londrina, José Vicente da Silva, 52, liberado através de hc concedido pelo TJ em 13 de março de 96. Silva foi réu em mais dois processos de homicídio, mas em ambos foi absolvido.

Os outros dois acusados de mandarem matar o jesuíta continuam respondendo ao processo. O fazendeiro Pedro Chiquetti, 78, antigo dono da Fazenda Londrina e atualmente morando na cidade

José Luiz Medeiros/DC



O agricultor Martinez Abadio da Silva (dir.) diz não saber porque é réu

de mesmo nome, no Paraná, teve sua revelia decretada em 2 de abril de 96. O ex-delegado regional de Polícia Civil de Juína (de maio de 86 a outubro de 90), Ronaldo Antônio Osmar, 44, hoje é aposentado e reside em Goiânia (GO). Faltou a três audiências, alegando problemas de saúde.

Em entrevista ao DIÁRIO em Juína, o delegado Osmar disse que as acusações contra ele são baseadas em depoimentos contraditórios. Seu advogado, Gilmar de Cruz e Sousa, disse que cabe à acusação provar a culpa. "O Ministério Público, como as provas apresentadas são tão frágeis, nem devia ter feito a denúncia", disse o advogado.

O quinto acusado _ por participação direta no assassinato _ é o

técnico agrimensor Carlos Camilo Obici, 48, contra quem consta no processo uma acusação da deputada Serys Sthessarenko (PT), de que ele seria um conhecido grileiro de terras. No próprio processo, Obici contesta a acusação. Ele tentou um hc, mas o pedido foi denegado em 27 de novembro de 96, e teve sua revelia decretada na audiência da última terça-feira.

O sexto acusado é o agricultor Martinez Abadio da Silva, 64, o "Velho Martinez", que hoje trabalha num sítio no município de Juína. Ele também já teve um hc denegado. Em entrevista ao DIÁRIO na última terça-feira, Martinez disse que não há "nada que justifique" sua acusação e "não sabe" porque foi tornado como réu. (RV)

José Luiz Medeiros/DC



Padre jesuíta José Tencate

Jesuíta sabia-se ameaçado, dizem amigos

Enviado especial a Juína

Meses antes de morrer, o missionário Vicente Cañas temia pela sua vida. Da última vez que esteve em Cuiabá, em fevereiro, manteve contato com diversos amigos e missionários e revelou que estava sendo ameaçado por causa de sua luta pela preservação da Área Indígena Salumã.

O padre jesuíta José Tencate, da paróquia do Rosário, lembra-se que Cañas, com quem falou longamente em fevereiro, mencionou várias vezes que uma pessoa o estava perseguindo em Cuiabá, oferecendo com insistência uma carona até a aldeia. Cañas acabara de vir de Brasília, onde fora tratar

da demarcação do território junto à Funai. Ele se recusava a pegar a tal carona, mas o desconhecido insistia, procurando-o nos locais onde passara.

"Ele tinha receio de voltar à área", diz o padre Tencate. O missionário chegou a convidar o ex-diretor da Missão Anchieta, Darci Pivetta, a acompanhá-lo até a área. "Ele estava sendo acusado de ter incentivado o massacre do topógrafo e seu auxiliar" (veja na página B1), disse Tencate.

O coordenador estadual da Opan, Ivar Luiz Busatto, também conversou em fevereiro com Cañas. "Cañas estava preocupado com a situação de terras na região", lembra Busatto. O missi-

onário, segundo o coordenador da Opan, deixou um diário pessoal, mas sem identificar a origem dessas ameaças. O diário é mais uma anotação do calendário anual de plantações dos enawenê-nawê.

O coordenador estadual do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Sebastião Carlos Morcira, não tem dúvidas que o jesuíta foi morto por causa de sua luta pela demarcação. "Todos os depoimentos dos amigos que tiveram contato com ele, quando da última viagem a Cuiabá, mencionam que ele estava temeroso", resume Morcira, que estava na equipe que encontrou o corpo do missionário, em 16 de maio de 87. (RV)